

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2020

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer informações ao Ministério da Economia, em relação aos atrasos no pagamento do seguro-desemprego.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministério da Economia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos atrasos do pagamento do seguro-desemprego.

Especificamente, precisamos saber o seguinte:

- a) Qual o montante de recursos que deixaram de ser pagos aos trabalhadores, mês a mês, até a data do fornecimento da informação de que trata o presente Requerimento;
- b) Qual o montante de recursos que deixaram de ser pagos aos beneficiários desligados do Programa Bolsa Família (PBF) em todo o País;
- c) Qual o número de excluídos e dos novos beneficiários do PBF, bem como os valores pagos a estes últimos;
- d) Qual o montante de recursos que não foram pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em virtude do atraso superior a 45 dias para processamento dos pedidos de benefícios sociais;

JUSTIFICAÇÃO

Como se não bastasse o sucateamento dos programas sociais promovido pelo atual governo, recebemos com frequência notícias a respeito

dos atrasos nos pagamentos dos benefícios garantidos aos trabalhadores pela Constituição Federal.

É o caso, por exemplo, do seguro-desemprego, cujo atraso constitui verdadeiro escândalo social. Trabalhadores que sofrem o pesadelo do desemprego em meio a uma economia caótica veem-se despojados das garantias que o Estado tem obrigação de prover.

No âmbito do Programa Bolsa Família, a situação não é diferente. Há inúmeros beneficiários excluídos do Programa sem qualquer explicação razoável, enquanto os beneficiários ainda integrantes não sabem quando devem receber seus benefícios.

Há até mesmo casos de atrasos nos pagamentos por negligência do próprio INSS, que não processa os pedidos de benefícios em tempo hábil, deixando mais uma vez os cidadãos sem o devido amparo estatal.

Para esclarecer todas essas questões é que esperamos ver aprovado o presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputada ERIKA KOKAY